A detailed map of the Macrorregião Norte 2 area in São Paulo, Brazil. The map is overlaid with a grid of red and white circles, representing various data points or proposals. The background is a light orange color with a network of white lines representing roads and infrastructure. The text is positioned in the upper right quadrant of the map.

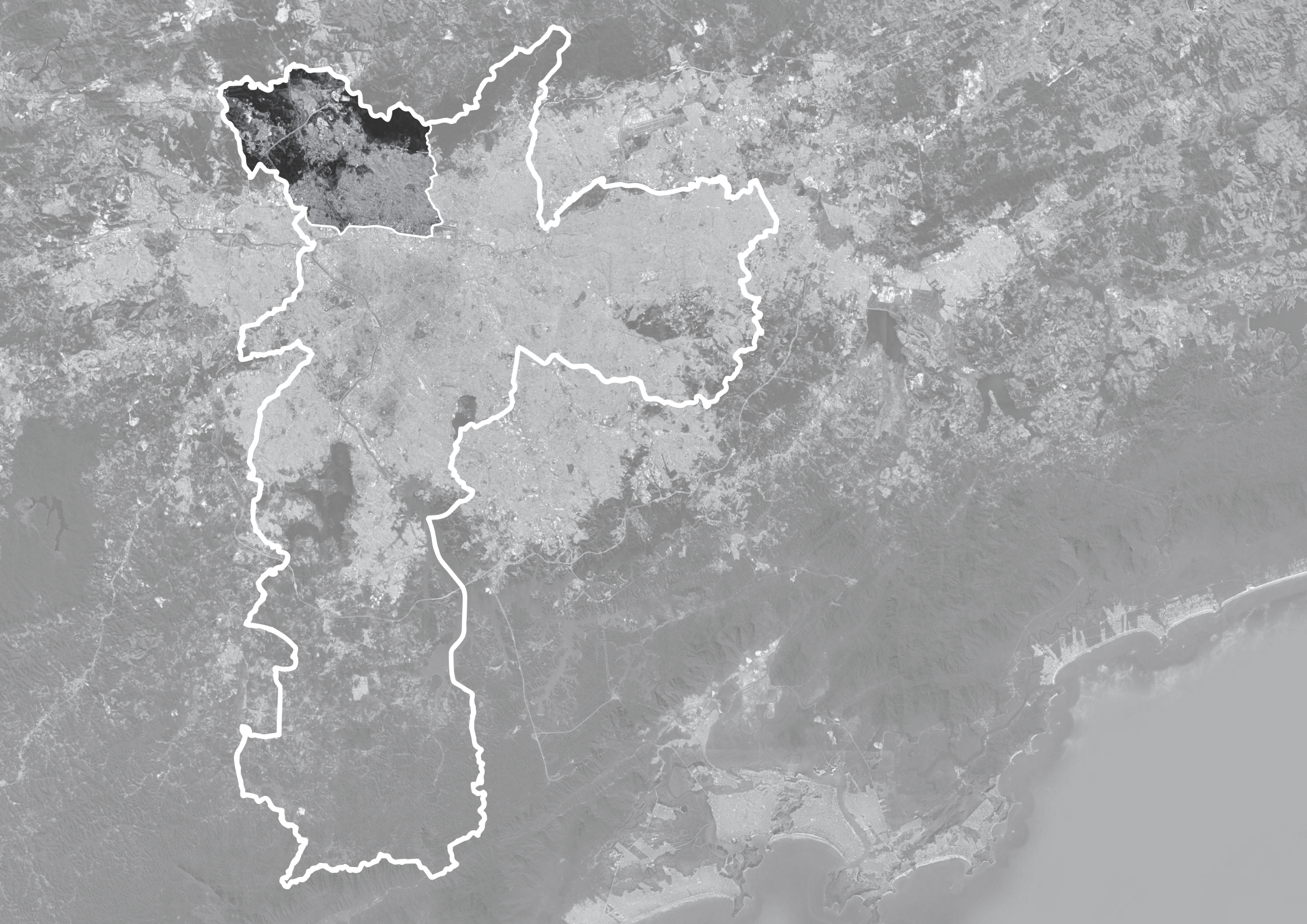
Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Quadro Analítico

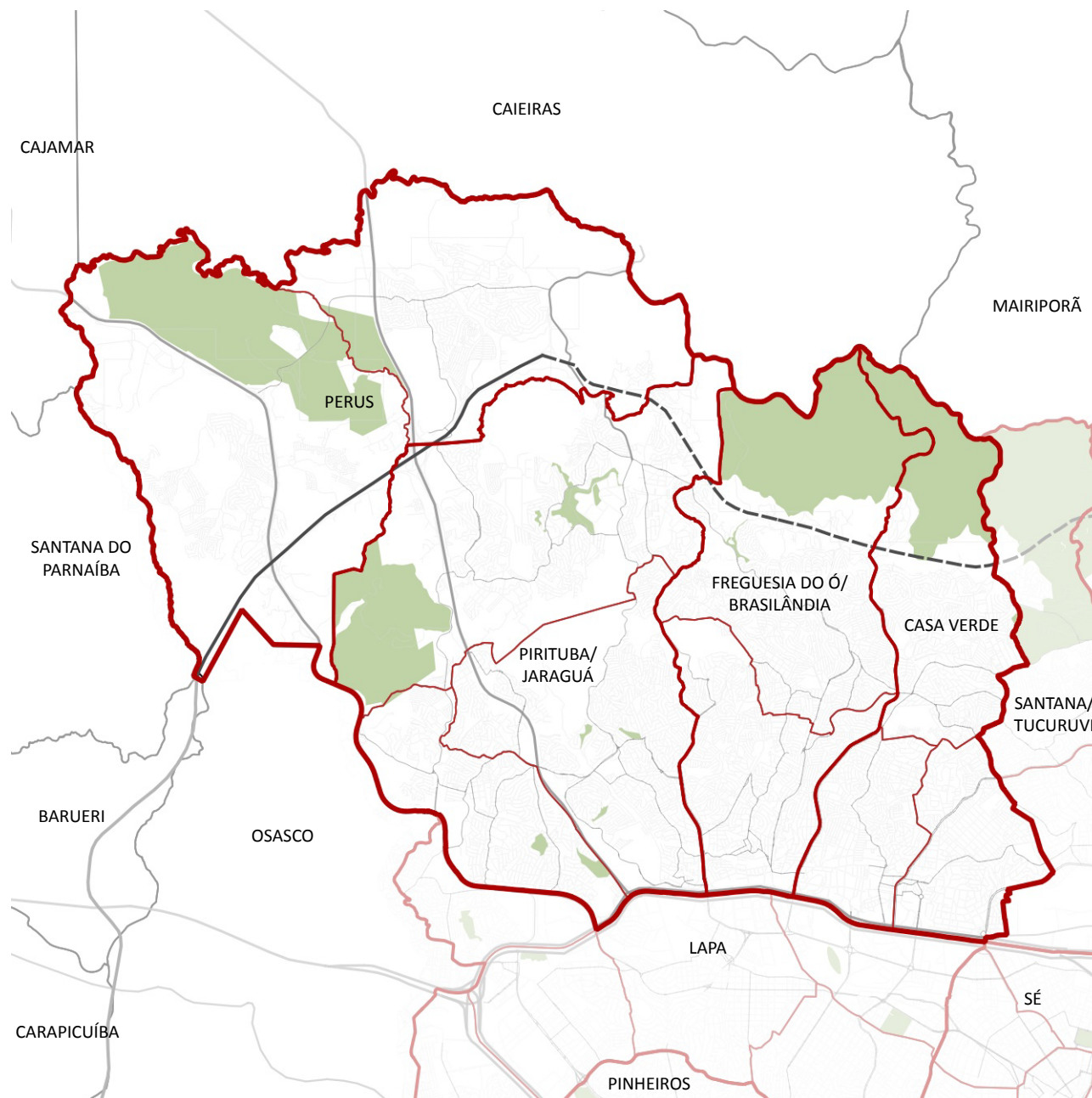
**Macrorregião
Norte 2**

Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Quadro Analítico

**Macrorregião
Norte 2**

Dezembro de 2016





Apresentação

A Macrorregião Norte 2 engloba as Subprefeituras Perus, Pirituba/Jaraguá, Freguesia do Ó/Brasilândia, e Casa Verde – totalizando 10 distritos, 170,1 km² e 1.300.259 habitantes. Localiza-se no quadrante noroeste da cidade de São Paulo e é delimitada, a sul, pelo Rio Tietê, fazendo fronteira com a Subprefeitura Lapa; a oeste, pelos córrego Itaim, Santa Fé, Olaria e Ribeirão Vermelho e pela Rodovia Anhanguera, que separam São Paulo dos municípios de Cajamar, Santana do Parnaíba, Barueri e Osasco; a norte, pelo espigão da Serra da Cantareira, que separa São Paulo de Mairiporã, pelo Ribeirão dos Pinheirinhos e pelo Rio Juqueri, definindo os limites com Caieiras; e, a leste, pelas avenidas Santa Inês, Parada Pinto, Conselheiro Moreira de Barros, Imirim e Brás Leme, estabelecendo fronteira com a subprefeitura Santana/Tucuruvi, da Macrorregião Norte 1.

A Macrorregião apresenta três vetores de conurbação com outros municípios vizinhos da Região Metropolitana: Osasco e Barueri, que se estendem a oeste do distrito de São Domingos, na Subprefeitura de Pirituba; Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato, que se conectam ao distrito de Perus pela Rodovia SP-332 e pelo ramal ferroviário da CPTM; e Cajamar e Santana de Parnaíba que se expandem a partir do distrito de Anhanguera.

Cerca de 85% do território da macrorregião é dotado de relevo predominantemente acidentado, com altas declividades, cabeceiras de drenagem, matacões e solos



Base Cartográfica PMSP: Mapa Digital da Cidade, 2004. Projeção UTM/23S. DATUM Horizontal SAD 69. Elaboração: PMSP. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

suscetíveis à erosão. Trata-se de uma região com alta concentração de nascentes, com vertentes íngremes, ocorrendo planícies com vales em calhas próximas ao Tietê. A maior parte das sub-bacias são contribuintes do Rio Tietê, exceto na região de Perus, onde as sub-bacias servem ao Rio Juqueri.

O desenvolvimento do tecido urbano da Macrorregião Norte 2, assim como de grande parte da cidade, esteve sempre atrelado à geomorfologia. As principais vias e ferrovias que tiveram papel no crescimento de São Paulo – e hoje têm fundamental importância nas dinâmicas de deslocamentos diários que se dão na cidade – foram orientadas conforme o relevo, pelo percurso dos leitos fluviais e pelos divisores de água. Na Zona Norte, os espigões e linhas de drenagem estão orientados praticamente apenas na direção Norte-Sul, direcionando as águas das sub-bacias para o Rio Tietê. As principais vias, que se desenvolveram em diferentes contextos do crescimento da cidade, ratificam o desenho do relevo e geram dinâmicas radiais desconexas, conduzindo todo o tráfego para o único eixo viário que as une, o anel expresso da Marginal Tietê.

Além dos problemas ambientais e de drenagem que se dão pela ocupação sobre os cursos d'água, toda a cidade sofreu com crescimento acelerado e sem projeto, intensificado com séries de imigrações a partir de 1940. A construção de vias estruturais de ligação com o centro passou a oferecer possibilidade de desenvolvimento ao longo de seus eixos. Surgiram, então, sem planejamento conjunto, loteamentos, por vezes ilegais, que não tinham

premissa de se conectar nem de estabelecer hierarquia viária que garantisse ligações arteriais entre eles, construindo uma cidade integrada, o que acarretou em sobrecarga das poucas vias principais existentes.

As origens da ocupação dessa macrorregião remontam ao século XVI com a descoberta e intensa exploração no século seguinte das minas de ouro do Pico do Jaraguá e do Córrego Santa Fé, e a construção, em morro próximo às margens do Rio Tietê, da velha igreja de Nossa Senhora do Ó, de cujo largo saíram diversas expedições de bandeirantes rumo ao interior. Desde o século XVII até 1950, a área apresentava predominantemente características rurais e havia vilas ao redor das estações da Ferrovia Santos-Jundiaí, antiga São Paulo Railway, e em pontos de parada na Estrada Velha de Campinas (finalizada em 1924). Construída em 1867 para escoar a produção de café do interior para o Porto de Santos, a São Paulo Railway contribuiu diretamente no processo de urbanização da cidade, transportando cal, cimento e papel das fábricas e pedreiras instaladas na parte noroeste da macrorregião e em Cajamar e Caieiras, para o desenvolvimento da metrópole. A urbanização de Norte 2 deu-se a partir da expansão da área central de São Paulo a todos os quadrantes do município e do crescimento dos aglomerados que se formavam ao redor das estações, pontos de parada da estrada e das fábricas.

O Rio Tietê apresentava-se como grande barreira para passagem e ocupação, pois tinha seu leito sinuoso e sua várzea alagável. Entre as décadas de 1930 e 1940 foi realizada a retificação e canalização de seu curso entre

Casa Verde e Vila Maria, o que possibilitou o início da ocupação dos terrenos de várzea do rio e ligações viárias com o centro da cidade. A Casa Verde foi o primeiro bairro na macrorregião a se consolidar integralmente como parte da mancha urbana de São Paulo, conectado ao centro por linha de bonde e abastecido por energia elétrica. Até os anos 1960, não só a maior parte da várzea do Tietê estaria ocupada, mas também a área entre a várzea e a Cantareira iniciaria desenvolvimento acelerado, guiado pela implantação de avenidas de fundo de vale na direção Norte-Sul, conectando as áreas centrais aos bairros afastados do Além-Tietê – até, aproximadamente, sete quilômetros ao Norte, onde estão as bordas da Serra da Cantareira. A partir da década de 1980, a consolidação da ocupação dessas áreas periféricas reflete o cenário nacional de recessão econômica, desemprego e aumento das desigualdades. É principalmente a partir desta década que as áreas mais próximas à Cantareira têm significativa redução em seu caráter agrícola e passam a sofrer pressão por ocupação, resultando em grandes desmatamentos na década de 1990.

As áreas mais a noroeste, nas regiões de Pirituba e Perus, tiveram desenvolvimento urbano diferente das demais áreas. Formaram-se núcleos urbanos ao redor de pontos de parada nas vias de ligação com o interior, que se desenvolveram, principalmente, a partir de atividades ligadas à indústria e à mineração, além de comércio local. Os tecidos urbanos são fragmentados devido às barreiras físicas que incidem diretamente em seu crescimento e dinâmicas de deslocamento. As barreiras têm ordem de preservação ambiental, como parques e áreas onde se

encontram remanescentes de Mata Atlântica, e de eixos de mobilidade, como vias expressas e ferrovias. Dentre os principais eixos de mobilidade da região, destacam-se: a Estrada Velha de Campinas, hoje composta pela Av. Raimundo Pereira de Magalhães e Rodovia SP-332; a linha de trem da São Paulo Railway, que atualmente abriga a Linha 7-Rubi da CPTM, único transporte de cargas e massa da macrorregião; e as rodovias Anhanguera e Bandeirantes, criadas, respectivamente, em 1940 e 1978, constituindo hoje o principal eixo de desenvolvimento econômico do país, conectando as cidades de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto ao Triângulo Mineiro.

As vias marginais do Rio Tietê consolidaram-se como vias expressas que compõem o minianel viário do centro expandido do município, cujo papel, hoje, é de conectar as principais rodovias que partem dos eixos centrais e de mobilidade para o trânsito interno de veículos da própria cidade. O caráter de via expressa reforça o impacto do rio e seu entorno como barreira física. Nos aproximadamente oito quilômetros do trecho do Tietê que abrangem a Macrorregião Norte 2, o rio é transposto sete vezes, sendo que duas pontes são das vias expressas Anhanguera e Bandeirantes e uma da ferrovia.

Caracterização

Pouco mais da metade do território da Macrorregião Norte 2 insere-se na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental. Essa macrozona, conforme o Plano Diretor Estratégico - PDE (Lei 16.050/16), indica territórios ambientalmente frágeis, devido às suas características

geológicas e geotécnicas, à presença de mananciais de abastecimento hídrico e à significativa biodiversidade, demandando cuidados especiais para sua conservação. O PDE subdivide a Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental em quatro macroáreas que orientam os objetivos de desenvolvimento urbano e a aplicação de instrumentos urbanísticos e ambientais para áreas que considera homogêneas. No entanto, em Norte 2, apenas três dessas macroáreas estão presentes. As regiões ao norte das subprefeituras, a Serra da Cantareira e suas bordas, os arredores do Pico do Jaraguá e grandes áreas das sub-bacias contribuintes do Rio Juqueri, apresentam altas taxas de cobertura vegetal – remanescentes florestais significativos, incluindo de Mata Atlântica –, ou áreas de produção agrícola, que contribuem para a manutenção da biodiversidade, conservação do solo e manutenção dos recursos hídricos. Além disso, abrange elementos de importância social, cultural e histórica de interesse para toda a cidade, como as aldeias na Terra Indígena Jaraguá reconhecida pela FUNAI, as cavas de ouro e a extinta Fábrica de Cimento Portland Perus. Nos distritos que têm altos valores de cobertura vegetal e conservação da biodiversidade, há conflito com a forte pressão de ocupação urbana altamente precária, ainda que existam três importantes parques de cunho de conservação ambiental para a cidade: Parque Estadual do Jaraguá, Parque Estadual da Cantareira (extremidade oeste) e Parque Anhanguera, maior parque municipal de São Paulo. Essas áreas fazem parte da Macroárea de Preservação de Ecossistemas Naturais, que inclui, ainda, cabeceiras de drenagem, nascentes e cursos d'água preservados, além de apresentarem fragilidade geológica-

geotécnica e serem suscetíveis a processos erosivos e escorregamento.

As áreas mais densas, ao norte das subprefeituras da Freguesia do Ó/Brasilândia, Casa Verde e Pirituba, assim como as áreas urbanas dos distritos Anhanguera e Perus, apresentam vulnerabilidade social muito alta (de acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social). Em Norte 2, a taxa de empregos formais por habitante, em 2010, era de 0,16. Nessas áreas mais densas e de alta vulnerabilidade, a baixa oferta de emprego em relação ao número de habitantes agrava-se, ficando menor do que 0,1, sendo que os usos não-residenciais dessas áreas são escassos, ocupados majoritariamente por Indústrias e armazéns, localizados próximos aos eixos expressos e arteriais. Essas concentrações são, em maioria, definidas como macroáreas de Redução da Vulnerabilidade e Recuperação Ambiental. A parte restante da macrozona, caracterizada por grandes vazios intraurbanos, com e sem cobertura vegetal, e áreas urbanizadas com distintos padrões de ocupação – onde ocorrem áreas de exploração mineral concentração de atividades industriais ou de logística – é parte da Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental, que prevê qualificação urbanística, com provisão de habitação, equipamentos e serviços, respeitando e qualificando as condicionantes ambientais. Essa macrozona ocupa, com exceção da centralidade de Perus e das áreas lindeiras aos eixos da Rodovia Anhanguera, da ferrovia e da Av. Raimundo Pereira de Magalhães, toda a porção norte da macrorregião, ou 50,5% do território.

A outra porção da macrorregião, a Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, está integralmente situada na Zona Urbana e apresenta grande diversidade de padrões de uso e ocupação do solo, desigualdade socioespacial e padrões diferenciados de urbanização. Norte 2 é composta por três das quatro macroáreas em que essa macrozona é subdividida. A Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM abrange as áreas das planícies fluviais do Rio Tietê, caracterizadas pela existência de grandes terrenos ociosos ou subutilizados, cujos objetivos envolvem transformações estruturais orientadas para o maior aproveitamento da terra urbana com o aumento nas densidades construtiva e demográfica e implantação de novas atividades econômicas de abrangência metropolitana, atendendo a critérios de sustentabilidade, e garantindo a proteção do patrimônio arquitetônico e cultural, em especial o ferroviário e o industrial. As regiões ao sul das subprefeituras de Freguesia do Ó/Brasilândia, Casa Verde e parte de Pirituba apresentam ocupação consolidada e boa infraestrutura, porém, apresentam baixíssima presença de cobertura vegetal. A macroárea prolonga-se junto à Av. Raimundo Pereira de Magalhães, à ferrovia e à Rodovia Anhanguera, constituindo parte do Setor Eixos de Desenvolvimento, que caracterizam-se por mesclarem áreas industriais, de logística, vazios intraurbanos e áreas de expansão do mercado imobiliário, que promovem adensamento populacional – entretanto, sem oferta de comércio, serviços e empregos formais – ao longo de importantes eixos de transporte.

Imediatamente a norte da MEM, o tecido urbano é

compreendido pela Macroárea de Qualificação Urbana, onde são encontrados usos residenciais e não residenciais, instalados em edificações horizontais e verticais, com padrão médio de urbanização e razoável oferta de serviços e equipamentos, como nas centralidades de Pirituba e Freguesia do Ó. Essa macroárea apresenta, também, assentamentos precários, ocupações e loteamentos irregulares, mas com poucas áreas de risco geotécnico e de inundação. Ainda na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, há áreas onde predominam precariedades territoriais, irregularidade fundiária, riscos geológicos e de inundação e em que há déficits de serviços, equipamentos, parques, espaços livres públicos e infraestrutura urbana, que se caracterizam, portanto, por apresentarem elevados índices de vulnerabilidade social e baixos índices de desenvolvimento humano, sendo classificadas dentro da Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana, especialmente os distritos de Perus e Brasilândia e, em menor escala, no distrito de Cachoeirinha.

O Zoneamento (Lei 16.420/16) garantiu muitos perímetros de ZEIS nas áreas de maior vulnerabilidade social, especialmente ZEIS 1, que coincidem ou fazem divisa com áreas de risco geológico em assentamento precário, na borda sul da Serra da Cantareira. Em algumas áreas desocupadas ou subutilizadas estão previstas ZEIS 2, sobretudo em regiões que deverão passar por processos de estruturação e transformação urbana, próximas às vias expressas e arteriais da macrorregião. Na macrorregião, 19,1% da população leva mais de uma hora no deslocamento casa-trabalho. Entretanto, nota-

se, quando os dados são territorializados (em mapa), que esta porcentagem diminui nas áreas próximas à Marginal Tietê e eleva-se nas áreas mais afastadas. Existem poucos corredores de ônibus, corroborando a baixa oferta de vias arteriais de ligação direta entre os bairros periféricos.

O viário estrutural da Macrorregião Norte 2 cumpre papel nos deslocamentos na direção Norte-Sul, que ficam sobrecarregadas pela falta de viário estrutural para deslocamento na direção Leste-Oeste, já que a conformação do traçado viário principal segue, majoritariamente, a morfologia do terreno e linhas de drenagem. Quase todas as vias principais conectam as subprefeituras da macrorregião à Marginal Tietê e, posteriormente, à Zona Oeste e Centro, e as ruas dos bairros que surgiram entre essas vias sofrem com a declividade das vertentes e não preveem conexões importantes em outras direções, o que acarreta em gravíssimo problema de mobilidade e acessibilidade para toda a Macrorregião. São escassas as ligações diretas entre bairros e centralidades comerciais importantes, retardando e aumentando a distância dos deslocamentos diários e dificultando o desenvolvimento econômico das áreas mais periféricas. Enquanto em subprefeituras da região central da cidade a porcentagem de vias estruturais sobre viário total varia de 24,5% a 33,3%, em Norte 2, elas correspondem a apenas 13,2%.

Desafios da Macrorregião

A região apresenta muitos desafios frente às dinâmicas históricas de crescimento e ordenação do território e

de alguns projetos previstos para a próxima década. A conclusão do trecho norte do Rodoanel Mário Covas, que vem sendo construído desde 1998, está prevista para 2017 e deve alterar os fluxos presentes na Marginal Tietê e conectar várias rodovias, melhorando o acesso da Zona Norte para as demais regiões do município, assim como para outros municípios da Região Metropolitana. O Apoio Urbano Norte minimizará as demandas por deslocamento direto na direção Leste-Oeste na área correspondente ao Arco Tietê, na Macroárea de Estruturação Metropolitana, na porção sul da macrorregião. A construção da Linha-6 Laranja do Metrô, prevista para interligar a região central até a Brasilândia e, em 2025, conforme o PDE, se estender até Pirituba, em área próxima à Rodovia dos Bandeirantes, deverá otimizar o deslocamento pelo sistema de transporte público de massa. As dificuldades atuais de mobilidade impactam diretamente nas desigualdades socioterritoriais e na conformação do tecido urbano da cidade, onde há altíssima concentração de emprego e infraestrutura em sua área central e precariedade em todos os aspectos sociais e urbanos nas áreas periféricas. A partir da alteração das dinâmicas de mobilidade e na definição dos padrões de uso e ocupação do solo, haverá impacto direto na promoção do desenvolvimento econômico na região.

Desta forma, vê-se necessário que se articulem ações setoriais do poder público que reorganizem as dinâmicas metropolitanas, visando à distribuição de empregos de forma homogênea no território ao aproximar o desenvolvimento econômico das áreas onde predominam bairros residenciais sem infraestrutura suficiente.

Essas ações devem incorporar a agenda ambiental ao desenvolvimento da cidade, preservando o patrimônio e valorizando iniciativas culturais, assegurando o direito à moradia digna para toda a população e qualificando a vida urbana de todos os bairros. Essas ações envolvem, necessariamente, melhorias na mobilidade urbana, eliminando barreiras físicas e diminuindo o tempo de deslocamento entre casa-trabalho. As Zonas de Estruturação da Transformação Urbana, previstas pelo PDE e garantidas pelo Zoneamento, vinculam o adensamento habitacional e construtivo ao longo dos principais eixos de transporte à qualificação e ampliação dos espaços públicos e da oferta de serviços e equipamentos urbanos e sociais. No entanto, em áreas onde os eixos são poucos e de difícil articulação, como em Norte 2, é necessário ampliar o sistema de mobilidade e integrar os sistemas de transporte coletivo, viário, cicloviário e de circulação de pedestres, garantindo acessibilidade universal e facilidade de deslocamento entre equipamentos públicos, principalmente na direção Leste-Oeste. É preciso minimizar problemas das áreas com riscos geológico-geotécnicos, de inundações e de solos contaminados, prevenindo, ainda, o surgimento de novos aglomerados em situação de vulnerabilidade. Recuperando, ainda, a qualidade dos sistemas ambientais existentes, especialmente dos cursos d'água e importantes áreas vegetadas, como a Serra da Cantareira, e articulando-os adequadamente com os sistemas urbanos, principalmente drenagem, saneamento básico, áreas livres e mobilidade, além da contenção dos avanços da urbanização clandestina a essas áreas. É importante valorizar áreas de patrimônio cultural material, com a proteção e recuperação de

imóveis e locais de referência para a população da cidade, e de patrimônio cultural imaterial, estimulando usos e atividades econômicas e sociais significativas, levando em consideração a preservação ambiental.

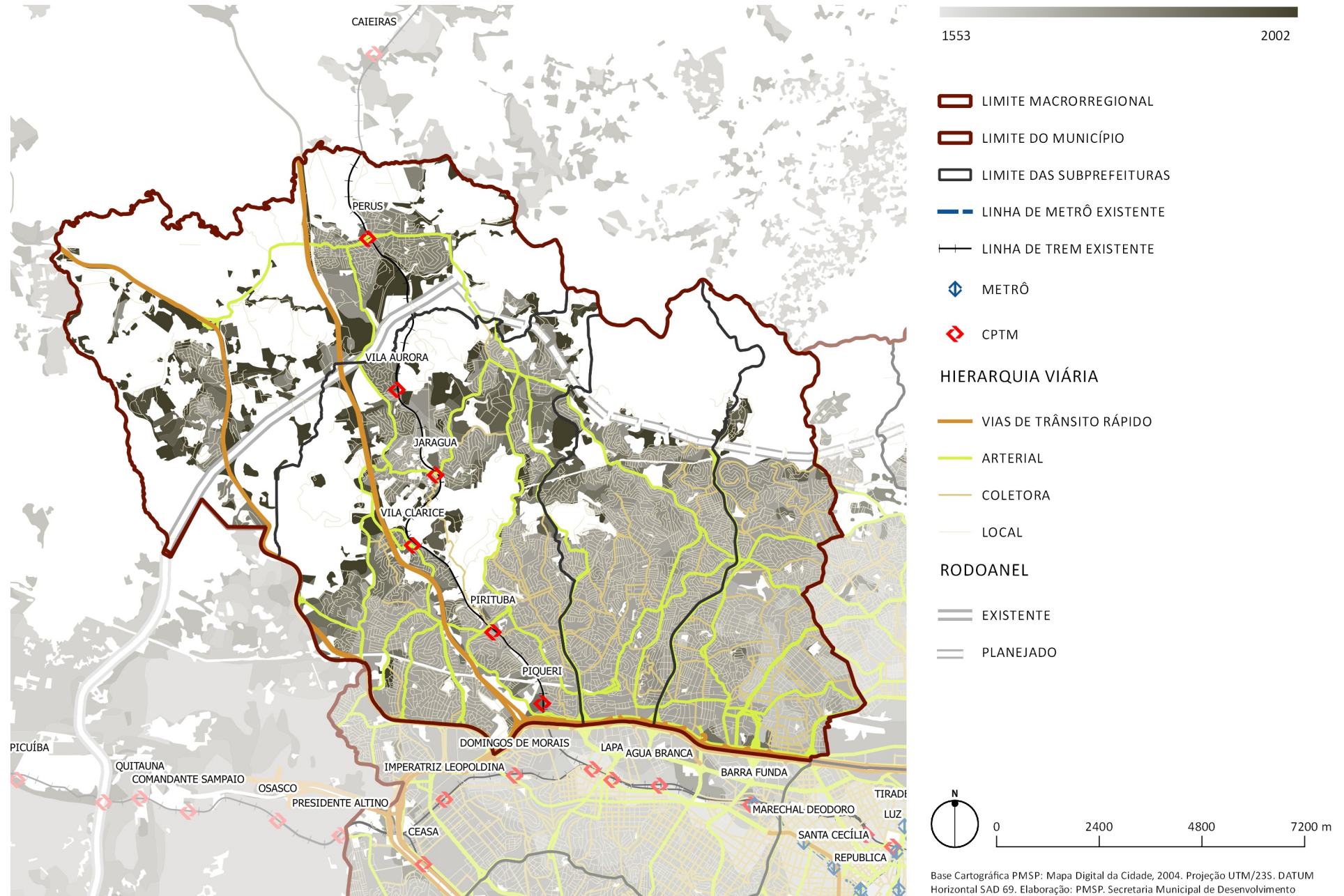
Diretrizes da Subprefeitura

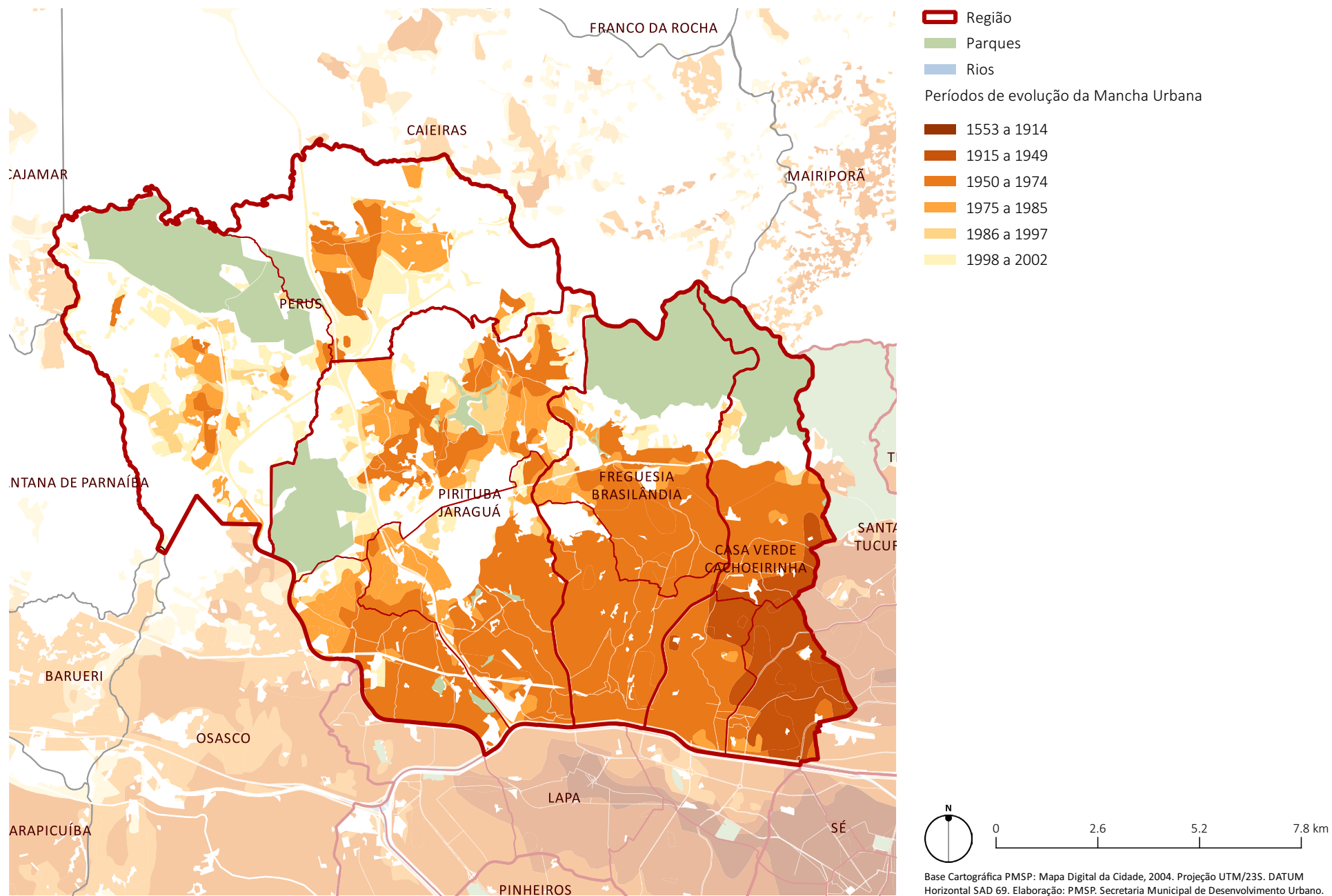
- Atender às diferentes necessidades habitacionais para a população em vulnerabilidade social e em situação de risco;
- Promover urbanização e regularização fundiária dos assentamentos urbanos precários, dotando-os de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana, visando a posse e as qualidades urbana e ambiental;
- Conter o avanço da expansão urbana em direção à Serra da Cantareira para a preservação do cinturão verde de Mata Atlântica ainda existente na Zona Norte do Município, por meio de fiscalização e monitoramento das ocupações irregulares e pela implantação dos parques propostos, garantindo usos adequados a essas áreas;
- Promover o saneamento ambiental da região com ações que objetivem o acesso universal ao saneamento básico, a recuperação e conservação dos recursos ambientais, especialmente dos cursos d'água; solucionar os problemas de macro e microdrenagem;
- Ampliar a coleta, tratamento e disposição final adequada dos resíduos sólidos, conforme o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Recuperar e proteger o patrimônio ambiental com a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e áreas ainda vegetadas, revitalização de nascentes, cachoeiras e cursos d'água, implantação dos parques previstos no

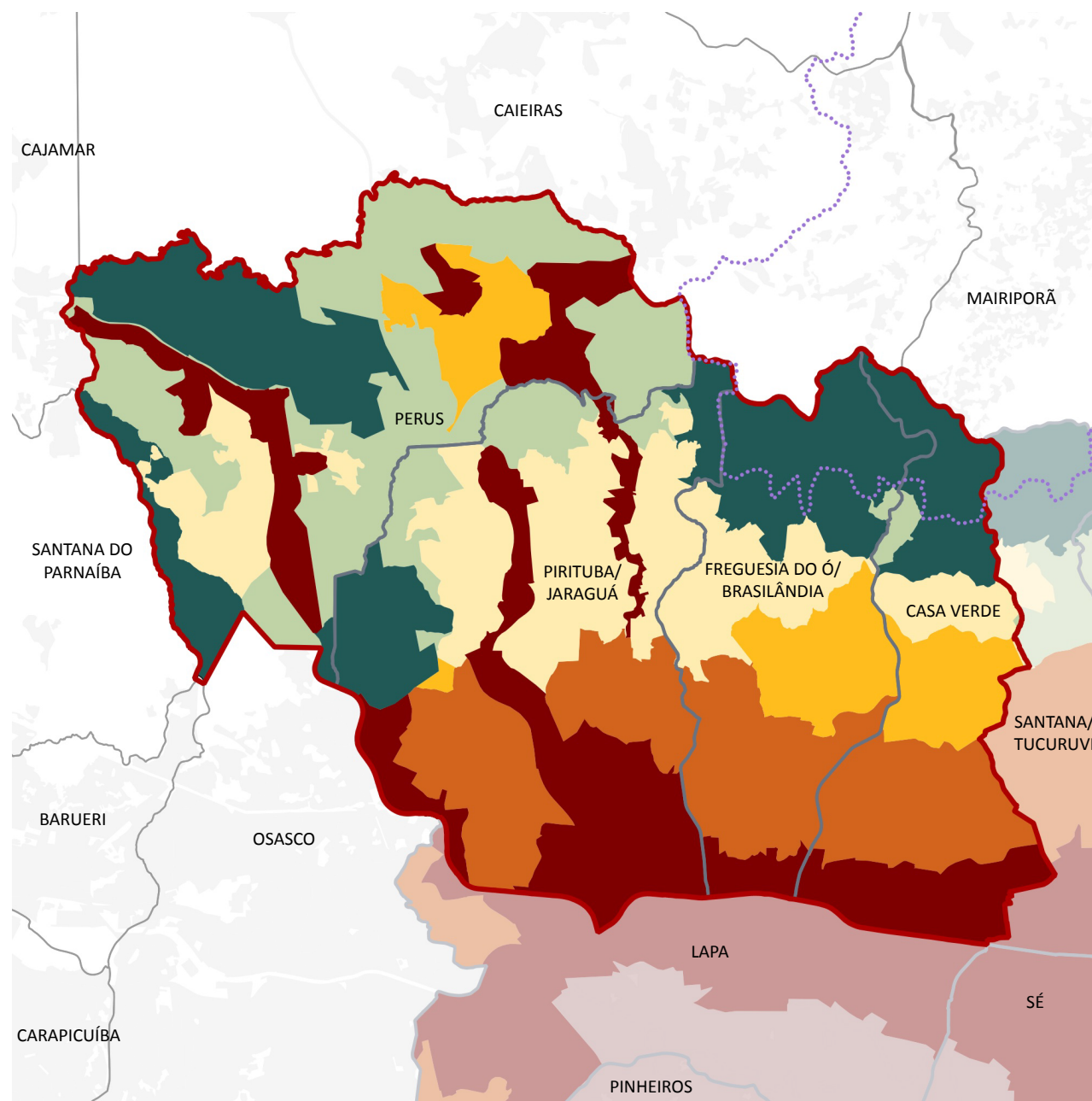
Plano Diretor Estratégico, proposição de novos parques lineares junto aos cursos d'água e implantação de caminhos verdes;

- Recuperação, proteção e requalificação do patrimônio cultural;
- Requalificar tecido urbano da região adequando a urbanização às condições geomorfológicas e à escala do pedestre, atentando para dimensões de quadras e frentes de lotes, e provisão de passeios públicos e ciclovias;
- Ampliar e qualificar a malha viária existente, melhorando, principalmente, ligações na direção Leste-Oeste, integrando as subprefeituras da Zona Norte, com vistas, também, à melhoria de calçadas, arborização e mobiliário urbano;
- Investir em infraestrutura de transporte público coletivo de média-alta capacidade visando ao desenvolvimento econômico local e qualificação do território;
- Dinamizar os eixos de centralidades formados pelas vias comerciais tradicionais, para manutenção e ampliação do número dos postos de trabalho e fortalecimento dos produtores da região, através da implantação de equipamentos públicos e requalificação urbanística;
- Incentivar usos não residenciais em vazios intraurbanos na Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental, inclusive as atividades industriais e de logística, visando à ampliação da oferta de emprego e a redução do deslocamento entre moradia e trabalho e, também, garantindo compatibilidade na destinação das áreas públicas, institucionais e de preservação ambiental;
- Qualificar urbanisticamente as áreas de influência das estações da Linha 6- Laranja do Metrô, a ser implantada;
- Integrar o planejamento das subprefeituras vizinhas,

sobretudo entre Pirituba-Jaraguá e Freguesia-Brasilândia, configurando unidade em propostas relacionadas a emprego, educação, cultura e moradia.







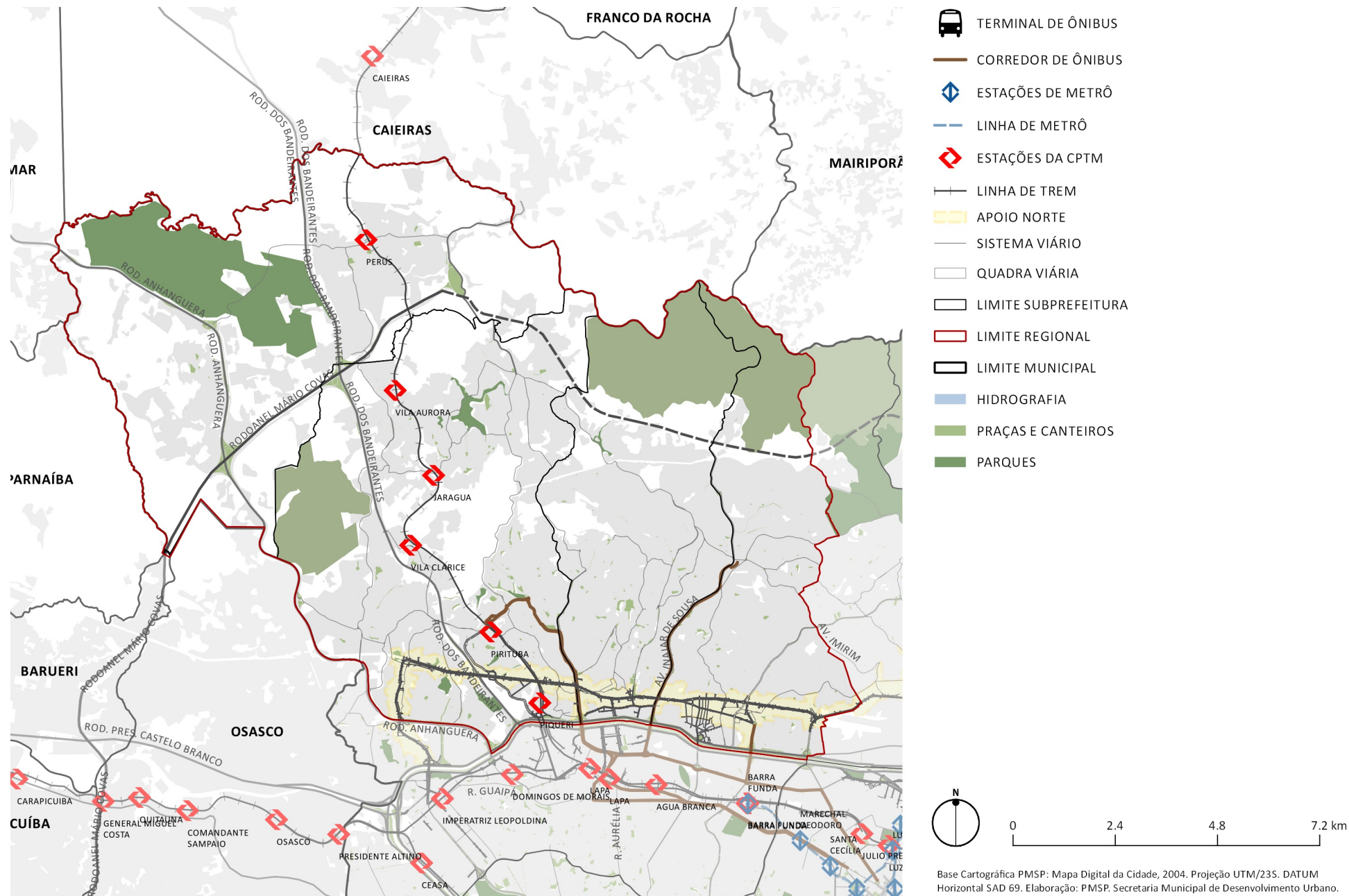
MACROÁREAS

- MACROÁREA DE ESTRUTURAÇÃO METROPOLITANA
- MACROÁREA DE URBANIZAÇÃO CONSOLIDADA
- MACROÁREA DE QUALIFICAÇÃO DA URBANIZAÇÃO
- MACROÁREA DE REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE URBANA
- MACROÁREA DE REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE URBANA E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL
- MACROÁREA DE CONTROLE E QUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL
- MACROÁREA DE CONTENÇÃO URBANA E USO SUSTENTÁVEL
- MACROÁREA DE PRESERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS NATURAIS

- ÁREA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MANANCIAIS
- LIMITE DE MACROZONAS
- LIMITE DE MACRORREGIÕES
- LIMITE DE SUBPREFEITURAS
- HIDROGRAFIA
- MANCHA URBANA METROPOLITANA



Base Cartográfica PMSP: Mapa Digital da Cidade, 2004. Projeção UTM/23S. DATUM Horizontal SAD 69. Elaboração: PMSP. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.



Lista de Abreviaturas e Siglas

A

ABC - Região tradicionalmente industrial do Estado de São Paulo, parte da Região Metropolitana de São Paulo, cuja sigla provém das cidades que formam a região: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
AC-2- Áreas públicas ou privadas ocupadas por Clubes de Campo, de acordo com a Lei 16.402/16
AD- Subprefeitura de Cidade Ademar
AF – Subprefeitura de Aricanduva/Vila Formosa
AMLURB- Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
AOD- Área de Ocupação Dirigida, das Leis Estaduais Nº N° 13.579/09 e Nº 12.233/06
APA – Área de Proteção Ambiental
APRM- Área de Proteção e Recuperação de Mananciais
ATOS – Assessoria Técnica de Obras e Serviços

B

BT- Subprefeitura do Butantã

C

CadÚnico- Cadastro Único
CAPS- Centro de Atenção Psicossocial
CCJ- Centro de Cultura da Juventude
CDC- Clube da Comunidade
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CECCO - Centro de Convivência e Cooperativa para pacientes psiquiátricos
CEI – Centro de Educação Infantil
CEM – Centro de Estudos da Metrópole
CER- Centro Especializado em Reabilitação
CET – Companhia de Engenharia de Tráfego
CEU – Centro Educacional Unificado

CGE – Centro de Gerenciamento de Emergências
CGM – Controladoria Geral do Município
CL – Subprefeitura do Campo Limpo
CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CS – Subprefeitura de Capela do Socorro
CT – Subprefeitura de Cidade Tiradentes
CV – Subprefeitura de Casa Verde

D

DEINFO – Departamento de Produção e Análise da Informação
DETRAN-SP – Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo

E

EM – Subprefeitura de Ermelino Matarazzo
EMBRAESP – Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

F

FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FEPASA- Ferrovia Paulista S.A
FERROBAN- Ferrovia Bandeirantes S.A.
FIPE- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FO – Subprefeitura da Freguesia do Ó / Brasilândia

G

GU – Subprefeitura de Guaianases

H

HIS- Habitação de Interesse Social

I

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IM – Índice de Mobilidade
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IP – Subprefeitura do Ipiranga
IPEA– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
IQ – Subprefeitura de Itaquera
ISS- Imposto Sobre Serviços
IT – Subprefeitura de Itaim Paulista
ITBI- Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

J

JA – Subprefeitura de Jabaquara
JT – Subprefeitura de Jaçanã / Tremembé

L

LA – Subprefeitura da Lapa
LPUOS- Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo , Lei Municipal Nº 16.402/16

Lista de Abreviaturas e Siglas

M

MB – Subprefeitura de M'Boi Mirim
MDC – Mapa Digital da Cidade
MEM- Macroárea de Estruturação Metropolitana
MG – Subprefeitura de Vila Maria/Vila Guilherme
MO – Subprefeitura da Mooca
MobiLab – Laboratório de Mobilidade Urbana
MP – Subprefeitura de São Miguel Paulista
MRVU- Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana
MSP – Município de São Paulo
MQU- Macroárea de Qualificação da Urbanização

P

PA – Subprefeitura de Parelheiros
PDE – Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei 16.050/14)
PE – Subprefeitura da Penha
PI – Subprefeitura de Pinheiros
PIU- Projeto de Intervenção Urbana
PJ – Subprefeitura de Pirituba / Jaraguá
PlanMob – Plano Municipal de Mobilidade de São Paulo
PMSP – Prefeitura do Município de São Paulo
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PR – Subprefeitura de Perus
PRE – Plano Regional Estratégico (Lei 13.885/04)
PROAIM – Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo
PRS – Plano Regional da Subprefeitura (Decreto nº 57.537/16)

R

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Previdência Social
RMSP- Região Metropolitana de São Paulo

S

SA – Subprefeitura de Santo Amaro
SABESP- Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAD- Serviço Atenção Domiciliar
SAE DST/AIDS - Serviço de Assistência Especializada em HIV/Aids
SAPAVEL - Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres
SB – Subprefeitura de Sapopemba
SBD- Subáreas de Baixa Densidade, das Leis Estaduais Nº 13.579/09 e Nº 12.233/06
SCA - Subárea de Conservação Ambiental, das Leis Estaduais Nº 13.579/09 e Nº 12.233/06
SDTE – Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo
SE – Subprefeitura da Sé
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SECOM – Secretaria Executiva de Comunicação
SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação
SEME – Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação
SEL – Secretaria Municipal de Licenciamento
SES – Secretaria de Estado da Saúde
SF – Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico
SGM – Secretaria do Governo Municipal

SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade
SISCOR – Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos
SIURB – Secretaria Municipal de infraestrutura Urbana e Obras
SM – Subprefeitura de São Mateus
SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC – Secretaria Municipal de Cultura
SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SMDHC – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SME – Secretaria Municipal da Educação
SMG – Secretaria Municipal de Gestão
SMPED – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida
SMPIR – Secretaria Municipal de Promoção de Igualdade Racial
SMPM – Secretaria Municipal de Política para as Mulheres
SMRIF – Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SMSP – Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMT – Secretaria Municipal de Transportes
SNJ – Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
SOD - Subárea de Ocupação Diferenciada, das Leis Estaduais Nº 13.579/09 e Nº 12.233/06
SOE- Subárea de Ocupação Especial, das Leis Estaduais Nº 13.579/09 e Nº 12.233/06
SPTRANS – São Paulo Transporte
SSP – Secretaria de Estado da Segurança Pública

Lista de Abreviaturas e Siglas

ST – Subprefeitura de Santana / Tucuruvi

SUC- Subárea de Ocupação Urbana Consolidada, das Leis Estaduais Nº Nº 13.579/09 e Nº 12.233/06

SUCT- Subárea de Ocupação Urbana Controlada, das Leis Estaduais Nº Nº 13.579/09 e Nº 12.233/06

SUS – Sistema Único de Saúde

SUVIS- Supervisões de Vigilância em Saúde

SVMA – Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

T

TICP- Território de Interesse da Cultura e da Paisagem

TPCL – Cadastro Territorial e Predial, de Conservação e Limpeza

U

UBS – Unidade Básica de Saúde

V

VM – Subprefeitura de Vila Mariana

VP – Subprefeitura de Vila Prudente

Z

ZC- Zona de Centralidade, de acordo com a Lei 16.402/16

ZDE - Zona de Desenvolvimento Econômico, de acordo com a Lei 16.402/16

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social, de acordo com a Lei 16.402/16

ZEM - Zona Eixo de Estruturação da Transformação Metropolitana, de acordo com a Lei 16.402/16

ZEPAM- Zona Especial de Proteção Ambiental, de acordo com a Lei 16.402/16

ZEPEC- Zonas Especiais de Preservação Cultural

ZER- Zona Exclusivamente Residencial, de acordo com a Lei 16.402/16

ZEU- Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana, de acordo com a Lei 16.402/16

ZEUp - Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto, de acordo com a Lei 16.402/16

ZM- Zona Mista, de acordo com a Lei 16.402/16

ZMa - Zona Mista Ambiental, de acordo com a Lei 16.402/16

ZOE - Zona de Ocupação Especial, de acordo com a Lei 16.402/16

ZPDS - Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável, de acordo com a Lei 16.402/16

ZPDSr - Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável da Zona Rural, de acordo com a Lei 16.402/16

ZPI- Zona Predominantemente Industrial, de acordo com a Lei 16.402/16

Processo de Revisão Participativa

O Decreto Nº 57.537/16 é fruto de amplo processo participativo de revisão dos Planos Regionais das Subprefeituras. O processo teve participação de mais de 550 técnicos de secretarias, órgãos e subprefeituras municipais organizados em dois Grupos de Trabalho (Conteúdo e Participação), realizando 15 rodadas de trabalho entre agosto de 2015 e dezembro de 2016.

O trabalho foi apoiado por residentes do Programa de Residência em Arquitetura e Urbanismo: Planejamento e Gestão Urbana, selecionados em convênio estabelecido entre a SMDU e a FAUUSP. O processo estabelecido entre técnicos da SMDU, residentes e representantes de órgãos e subprefeituras se mostrou muito rico tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de metodologias quanto de conteúdo.

As 15 rodadas de trabalho compreenderam 50 encontros, sempre com representantes das secretarias e em subgrupos de trabalho organizados por conjuntos de subprefeituras. Além destes encontros, foram realizadas ainda diversas reuniões entre equipes do Departamento de Urbanismo da SMDU, arquitetos residentes e técnicos das respectivas subprefeituras, de secretarias e órgãos municipais e estaduais para debater as propostas.

O processo de revisão dos Planos Regionais foi elaborado com participação da população em uma série de dinâmicas e interações. Foram divulgados materiais introdutórios e de subsídio como os Cadernos das Subprefeituras no site Gestão Urbana, foram realizadas apresentações

sobre os Planos Regionais, a abordagem da função social da cidade e discutidos desafios das subprefeituras nas Conferências Regionais, fase pública com participação de aproximadamente 10.000 pessoas ocorrida entre março e junho de 2016, preparatória para a Conferência Municipal da Cidade, e foram realizadas apresentações introdutórias em informes em reuniões ordinárias dos 32 Conselhos Participativos das Subprefeituras, realizadas entre fevereiro e maio de 2016.

Foram realizadas também oficinas participativas, entre março e junho, em reuniões de pauta única com cada Conselho Participativo, contando com participação de conselheiros, convidados e munícipes interessados, contabilizando mais de 1.000 participantes. Realizou-se consulta online sobre os perímetros de problematização na plataforma Gestão Urbana entre julho e agosto de 2016, recolhendo-se centenas de contribuições. Entre oficinas, conferências e mapa online, foram recepcionadas e sistematizadas aproximadamente 9.000 contribuições. Cada uma foi georreferenciada, passou por 19 campos de análise e foi considerada pelos Grupos de Trabalho para alterações e complementações nas propostas. Finalmente, foram realizadas devolutivas em cada um dos 32 Conselhos Participativos em setembro de 2016.

Créditos

Prefeitura da Cidade de São Paulo

Fernando Haddad
Prefeito

Nadia Campeão
Vice-prefeita

Coordenação

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Secretarias Municipais

Controladoria Geral do Município
Secretaria do Governo Municipal
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Secretaria Municipal de Comunicação
Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
Secretaria Municipal de Cultura
Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação
Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico
Secretaria Municipal de Gestão
Secretaria Municipal de Habitação
Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
Secretaria Municipal de Licenciamento

Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida
Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres
Secretaria Municipal de Relações Governamentais
Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas
Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Segurança Pública
Secretaria Municipal de Serviços
Secretaria Municipal de Transportes
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Subprefeituras

Subprefeitura Aricanduva/Vila Formosa
Subprefeitura Butantã
Subprefeitura Campo Limpo
Subprefeitura Capela do Socorro
Subprefeitura Casa Verde
Subprefeitura Cidade Ademar
Subprefeitura Cidade Tiradentes
Subprefeitura Ermelino Matarazzo
Subprefeitura Freguesia do Ó/Brasilândia
Subprefeitura Guaianases
Subprefeitura Ipiranga
Subprefeitura Itaim Paulista
Subprefeitura Itaquera
Subprefeitura Jabaquara
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé
Subprefeitura Lapa

Subprefeitura M'Boi Mirim
Subprefeitura Mooca
Subprefeitura Parelheiros
Subprefeitura Penha
Subprefeitura Perus
Subprefeitura Pinheiros
Subprefeitura Pirituba/Jaraguá
Subprefeitura Santana/Tucuruvi
Subprefeitura Santo Amaro
Subprefeitura São Mateus
Subprefeitura São Miguel
Subprefeitura Sapopemba
Subprefeitura Sé
Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme
Subprefeitura Vila Mariana
Subprefeitura Vila Prudente

Outros Órgãos Municipais

Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
Companhia de Engenharia de Tráfego
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo
Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo
São Paulo Negócios
São Paulo Obras
São Paulo Transportes
São Paulo Turismo
São Paulo Urbanismo

Conselhos Municipais

Conselho da Cidade

Conselho Municipal de Política Urbana

Câmara Técnica de Legislação Urbanística

Comissão de Proteção à Paisagem Urbana

Conselhos Participativos Municipais das 32 Subprefeituras

Conselhos de Políticas Setoriais

Apoio

Programa de Residência em Planejamento e Gestão Urbana - Convênio entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo

Prefeitura da Cidade de São Paulo

Coordenação

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano- SMDU

Projeto Gráfico

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano- SMDU

Formato: 297x210 mm

Tipografia: Calibri Bold, Calibri Light, Museo

Dezembro de 2016

Prefeitura de São Paulo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Rua São Bento, 405- 17 e 18 andar- Centro

São Paulo- SP- CEP 01008-906

Tel.: 11 3113-7500

gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br

smdu.prefeitura.sp.gov.br
